



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

NOTAS DE REUNIÃO

30ª REUNIÃO

COMITÊ TÉCNICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO CONCIDADES

DATA: 08/12/2011 - **HORÁRIO:** das 09:52h às 13:55hs

LOCAL: Ministério das Cidades – SNSA - sala 904

Participantes: lista de presença anexa, parte integrante deste.

Tendo em vista a necessidade de quórum mínimo de conselheiros presentes (previsto no art. 33A do Regimento Interno do ConCidades), foi dado início à reunião às 9h52, com a abertura pela Senhora Viviana Simon, Diretora de Articulação Institucional da SNSA, que deu as boas vindas a todos e todas e solicitou especial atenção para a pauta proposta, a fim de que o Comitê procurasse cumpri-la, especialmente no que se referia às apresentações preparadas para os itens 2 a 6, uma vez que tais itens estavam na pauta desde o início do ano e ainda não haviam sido cumpridos.

Pauta da 30ª Reunião do CTSA:

1. Abertura
2. Informes
 - a) PLANSAB (Balanço da 3ª Etapa – a Consulta Pública);
 - b) Planos Municipais de Saneamento Básico;
3. Balanço dos recursos do OGU selecionados/aplicados do PAC 1 e 2;
4. Apresentação e análise do resultado da seleção Grupo 3 do PAC2 do MCidades;
5. Apresentação e análise do resultado da seleção Grupo 3 do PAC2 da Funasa;
6. Análise dos resultados de saneamento básico publicados no Censo/2010;
7. Discutir a aplicação de recursos do saneamento no PPA 2012-2015, buscando a efetivação das ações de capacitação, mobilização e gestão;
8. Discussão de proposta encaminhada de capacitação do controle social para acompanhamento dos planos municipais de saneamento básico, por meio de multiplicadores nas cinco macrorregiões do País;
9. Discussões, debates e encaminhamentos.

Procedeu-se ao **item 01 da pauta**. Sobre o **PLANSAB**, Viviana comunicou que, no final do mês de setembro, a Secretaria foi convocada para uma reunião na Casa Civil. Estiveram presentes o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, senhor Leodegar Tiscoski, o Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, senhor Roberto Muniz, e o Especialista em Infraestrutura Sênior, senhor Alexandre Godeiro. Na oportunidade, a Casa Civil solicitou que a SNSA preparasse uma apresentação para dar mais subsídios à análise do Plano Nacional. O pedido de complementação das informações se deu em função de questões como os significativos valores apresentados na previsão de investimentos para universalização dos serviços estipuladas no PLANSAB. Foi solicitado também que se fizesse uma comparação entre as estratégias do PLANSAB do PAC e avaliar se o conteúdo está alinhado com o descritor do PPA. No entanto, até o presente momento, não foi feita nova convocação e a SNSA está aguardando o chamado para a prestação dos esclarecimentos solicitados.

Ainda sobre o tema, Viviana dividiu sua preocupação com a situação do PLANSAB,

51 no sentido de que o diagnóstico foi finalizado em 2008, restando uma pequena parte, que foi
52 finalizada no ano de 2009. Em 2010, o PLANSAB passou por uma atualização, a fim de incorporar
53 os dados da PNSB 2008. Explica que agora estão disponíveis os dados do CENSO 2010 e que com
54 o passar do tempo o Plano vai naturalmente ficando defasado. Em demorando muito, ou seja, se não
55 for possível fazer o lançamento da Consulta Pública no máximo até fevereiro, acredita que a
56 Secretaria não poderá lançá-lo sem fazer nova atualização e isso é bastante preocupante. Viviana
57 também lembrou, conforme esclarecido em reunião anterior do CTSA, que foi uma determinação da
58 Casa Civil, após duas consultas à SAJ/CC/PR, que se fizesse a consulta pública por lá.

59 Findo esse ponto, o conselheiro Landa fez uma consideração sobre a estrutura do
60 Ministério das Cidades, mais especificamente sobre o número de pessoas que trabalham analisando
61 as propostas de planos de saneamento e solicitou um ponto de pauta para discussão e sugestão de
62 encaminhamentos nesse sentido. Viviana lembrou aos presentes a extensão da pauta prevista e a
63 importância de se cumprir as apresentações sobre o balanço das outras áreas da Secretaria (itens 2 a
64 6). **Landa acatou a ressalva e sugeriu que a discussão proposta por ele ficasse como último
65 ponto da pauta de hoje ou para a primeira reunião do ano que vem.**

66 **Questionada sobre a disponibilização das apresentações que seriam feitas,
67 Viviana comunicou que todas serão enviadas por email.**

68 Deu-se início ao **informe sobre os Planos Municipais de Saneamento Básico** com
69 uma breve apresentação da senhora Tatiana Pereira, Analista de Infraestrutura da DARIN. Tatiana
70 iniciou sua fala sobre os planos municipais do PAC 2, lembrando aos conselheiros dados já
71 disponibilizados sobre o número de propostas selecionadas (103) e o volume de recursos
72 selecionados (77 milhões). Apresentou: mapa com número de planos por Região; quadro de
73 desistências, justificando que os motivos foram diversos - incapacidade de cumprir prazos para
74 entrega de documentação; dificuldade de interlocução com proponentes; mudança dos técnicos
75 responsáveis; Consórcio cujo número de habitantes não alcançava o limite mínimo de 150 mil
76 habitantes; municípios que decidiram elaborar seus planos com recursos do Estado, entre outros. A
77 situação atual, pós-desistências: 91 proponentes contratados. Destes 89, são municípios (OGU), 05
78 são consórcios e 01 proponente fará financiamento (Uberaba, que deverá contratar até 31 de
79 dezembro), totalizando 70, 52 milhões de reais.

80 Viviana complementou dizendo que o que se observa é que muitos municípios tem
81 vontade de elaborar seus planos, mas ainda não fizeram disso uma prioridade. Diz que é necessário
82 sensibilizá-los para isso. A Secretaria tem feito o possível para auxiliar os municípios selecionados e
83 encontrar parceiros para o processo de sensibilização e capacitação. Comentou sobre as discussões
84 com a Petrobrás, que pretende desenvolver o processo de sensibilização e capacitação para planos
85 nos municípios impactados pelas suas ações.

86 O conselheiro Fernando Pigatto entende que o ponto 08 da pauta vai ao encontro da
87 discussão presente e solicitou que o ponto 08 fosse discutido logo após o ponto 03. Falou das
88 dificuldades encontradas pela sociedade na tentativa de acompanhar a elaboração dos planos de
89 saneamento. Contou que na sua cidade, sugeriram que o prefeito encaminhasse uma proposta pronta
90 para a Câmara de Vereadores e estes a aprovariam. Disse que o Comitê precisa discutir essas
91 questões com o MCidades e a Funasa para encontrar uma forma de melhorar o acompanhamento
92 desses planos e garantir efetivamente a participação e o controle social ao longo do
93 processo. Viviana reiterou seu pedido de que o Comitê cumprisse a pauta e afirmou que a Funasa foi
94 convidada para fazer uma fala na reunião, mas não se manifestou. O conselheiro, então, **pediu que
95 se registrasse em ata o prejuízo da ausência da Funasa.**

96 Dando continuidade aos trabalhos, o senhor Cezar Scherer, Gerente de Projetos,
97 iniciou sua apresentação sobre o **item 3 da pauta: Balanço dos recursos selecionados/aplicados
98 do PAC1 e 2.** Apresentou a Carteira de Investimentos do PAC saneamento (apresentação com os
99 dados será disponibilizada por email) e valores por Região. O conselheiro Landa solicitou apanhado
100 sobre as contratações. Gostaria de saber se as contratações estão suprimindo a demanda. Cezar disse
101 que o Plansab apresenta, de forma mais clara as demandas e prosseguiu apresentando: o volume de
102 recursos por componente; a execução média dos recursos contratados, por ano (2007, 2008, 2009,
103 2010). Questionado sobre as razões da não execução dos recursos contratados, Cezar disse que as
104 justificativas são as mais diversas, pois os proponentes apresentam vários entraves ao longo do

105 processo. Sobre a questão de reajustes, explicou que legalmente não se pode pagar reajuste para os
106 contratos. Sobre a questão da contrapartida, a exigência é para o financiamento. Para o OGU,
107 apenas exige-se contrapartida para coisas que a União não pode pagar. Sobre o andamento, disse
108 que o retrospecto mostra que contratar quando o proponente já tem projetos praticamente prontos
109 acelera muito a execução desses contratos.

110 Em seguida, Cezar apresentou, para o PAC 1, o percentual de execução financeira
111 para os estados e companhias estaduais, capitais e, posteriormente, demais municípios e explicou
112 alguns casos. Apresentou a execução média mensal por ano, que veio crescente do ano de 2007 a
113 2010, mas caiu consideravelmente em 2011. Preocupante, pode traduzir problemas com as
114 empreiteiras. Por fim, apresentou a execução orçamentária da SNSA na LOA 2011. Apresentou
115 gráficos de valores empenhados, pagos e desbloqueados. Seguindo o quadro de redução na
116 execução em 2011, o nº de desbloqueios também caiu em 2011.

117 Ao final da apresentação, o senhor Alexandre propôs um máximo de 03 perguntas a
118 cada apresentação, a fim de garantir o cumprimento de toda a pauta.

119 A conselheira Lucia questionou sobre o prazo das empresas no cumprimento das
120 obras. Apresentou a situação de Pernambuco, onde as obras vivem paradas. Questionou o que pode
121 ser feito. Cezar explicou que as obras são delegadas, não é a União quem licita ou fiscaliza, fazendo
122 isso apenas em alguns casos específicos. Isso é competência dos estados e municípios, mas toda
123 obra do PAC 1 tem que ter funcionalidade. Portanto, após certo prazo, o proponente poderá ter de
124 devolver os recursos, por meio da Tomada de Contas Especial. E quando há litígio entre empresa e
125 licitante, a União não pode reajustar o aporte de recursos.

126 Procedeu-se, então ao ponto seguinte, **item 4 da pauta: Apresentação e análise do**
127 **resultado da seleção do Grupo 3 do PAC 2 do MCidades.** Alexandre apresentou o senhor Johnny
128 Ferreira dos Santos, Diretor de Águas e Esgotos da SNSA, explicando que ele apresentaria a
129 seleção do Grupo 3 no que tange as responsabilidades do MCidades. Explicou ainda que, conforme
130 informado pela senhora Viviana, a SNSA convidou também um membro da Funasa para apresentar
131 os dados referentes à seleção na Funasa, mas que não houve confirmação de participação.

132 O senhor Johnny iniciou sua fala, esclarecendo que a sua área cuida não apenas de
133 águas e esgotos, como sugere o nome do Departamento, mas de todos os eixos, no que diz respeito
134 aos recursos onerosos. O Grupo 3 é formado por municípios de até 50 mil habitantes, que são
135 atendidos pelo MCidades e Funasa. Primeiramente, apresentou quadro com recursos previstos para
136 o período de 2011 a 2014. O Grupo 3 do MCidades é atendido só com recursos onerosos. No 1º
137 ciclo de seleção do G3 (4 bi Funasa, 1 bi MCid), pretendia-se selecionar 2,2bi (OGU) na Funasa e
138 todo o 1bi (Fin) no MCid, restando para um segundo momento, 1,8bi do OGU da Funasa.
139 Apresentou: o processo de seleção (inscrição de propostas, pré-seleção, entrevista técnica e seleção
140 final); o calendário do processo seletivo no ano 2011 (cumprido na íntegra aqui no MCidades);
141 quadro resumo da análise das cartas-consultas (na Funasa houve predomínio de propostas
142 municipais e no MCid, predomínio de propostas de companhias estaduais). Não houve nenhuma
143 demanda dos seguintes estados: AC, AM, RR, AP, PI, SE, RJ e o DF não era elegível. A maior
144 demanda foi do RS. MG ficou abaixo da expectativa da demanda.

145 Do que foi pleiteado, 800 milhões de reais foram desenquadrados. Razões: falta de
146 órgãos especializados; não apresentaram documentação para análise institucional; pedidos de outras
147 modalidades que não estavam sendo selecionadas; predomínio de itens de desenvolvimento
148 institucional e operacional (como controle de perdas), também fora dos objetos de seleção; e
149 número de propostas acima do limite máximo por modalidade e proponente. Entre as principais
150 causas de não-recomendação estão: ausência de projeto; projetos de engenharia desatualizados;
151 pendências com trabalho socioambiental, titularidade e questões ambientais; concessões não
152 regularizadas; não envio de documentação técnica.

153 218 propostas foram pré-selecionadas. Esclareceu que o MCidades não analisa
154 projeto, faz apenas uma averiguação das condições, pois quem faz a análise propriamente dita é o
155 Agente Financeiro. Após as entrevistas, foram qualificadas 143 propostas. Não houve superposição
156 entre as contratações da Funasa e do MCidades para aqueles que fizeram dois pleitos, uma vez que
157 ao selecionar uma das propostas, necessariamente a outra era excluída. Deu continuidade à sua fala
158 apresentando um quadro resumo dos investimentos selecionados, PAC 1 e PAC 2 e índices

159 previstos, selecionados e contratados. Comentou que na última terça feira, a Funasa fez reunião com
160 a Ministra do Planejamento sobre a seleção do G3 e que, possivelmente, a seleção final já está
161 definida. Comentários finais: demanda inferior a expectativa; pulverização das ações; predomínio
162 de propostas de pequeno valor; despreparo dos municípios de pequeno porte na elaboração das
163 propostas; existência de propostas que contemplam municípios com prestação não regularizada de
164 serviços; constatou-se qualidade nos projetos apresentados; a seleção foi, no geral, satisfatória; e os
165 principais problemas são problemas com a titularidade e licenciamento ambiental Concluiu
166 afirmando que o financiamento antes do PAC era mais concentrado, mas hoje, mais estados
167 acessam recursos em lugar das empresas de saneamento.

168 **Atendendo à solicitação dos conselheiros presentes, a SNSA ficou de repassar**
169 **relação dos municípios atendidos pelo financiamento.**

170 A conselheira Solange, membro da CONAM, do RJ, esclarece que o RJ não possui
171 Conselho formado, que a concessionária é a CEDAE - que tem grande monopólio – e que há uma
172 grande demanda de água. Coloca a preocupação com a questão dos megaeventos, pois os
173 municípios não atendidos sofrerão mais ainda. Portanto, se impressionou com o fato de o RJ não ter
174 encaminhando nenhuma proposta, tendo em vista a enorme demanda que existe da população. E
175 solicitou que a preocupação fosse registrada em ata. Falou sobre o Projeto de Revitalização dos
176 Rios Iguaçú, Botas e Sarapuí e da expectativa da população com esse projeto. Disse que foi
177 divulgado pelo estado que sua continuidade está condicionada ao acesso de recursos do PAC 2. Se
178 não foram enviados pleitos para a seleção apresentada pelo Johnny, questiona onde é que poderia
179 estar esse projeto no MCidades.

180 Alguns conselheiros e o próprio Johnny esclareceram que os dados dessa
181 apresentação são apenas para o Grupo 3. Possivelmente o projeto está contemplado com recursos
182 dos outros grupos. Johnny disse ainda que já foram aportados entre 500 e 600 milhões de reais para
183 esse projeto, que está sendo atendido na modalidade de manejo de águas pluviais. Mas acredita que
184 não é possível manter o projeto apenas com recursos do MCidades. Crê que o Estado também, tem
185 procurado captar recursos em outras fontes e Alexandre complementou afirmando que o Estado tem
186 pleiteado inclusive recursos externos para os megaeventos planejados para o RJ (Copa do Mundo e
187 Olimpíadas)

188 Alexandre fez considerações no sentido de que se percebem algumas dificuldades
189 comuns ao PAC 1 e 2. Johnny explicou que o que motivou o formato de seleção por entrevistas (e
190 não apenas nas cartas-consultas) foi uma pactuação federativa na 1ª fase, onde os prefeitos e
191 vereadores foram convidados a trazer suas demandas. Na metade do processo, verificando as
192 dificuldades, iniciaram-se as entrevistas com as propostas de drenagem, mas o procedimento foi
193 realmente implementado na seleção de águas e esgotos em 2009, acreditando que isso dá mais
194 elementos para seleção na tentativa de evitar que os recursos fiquem parados, travados pela
195 incapacidade de o proponente de cumprir as exigências. As entrevistas permitem também identificar
196 e antecipar problemas. Possibilitam avaliar possíveis disputas políticas. Mas é um processo
197 extremamente custoso, pois a estrutura do MCidades é muito enxuta e os técnicos tiveram que
198 trabalhar finais de semana para dar conta da demanda. O MCidades hoje trabalha acima da sua
199 capacidade, e corre-se o risco de saturação da equipe, o que mostra a urgência de aumentar os
200 recursos humanos.

201 Dando seguimento à pauta, o senhor Ernani Ciríaco de Miranda, Gerente de
202 Informações, fez uma breve **análise comparada dos resultados de saneamento básico publicados**
203 **no Censo 2010 (item 6)**. Foi uma análise sintética, feita rapidamente, pois não houve tempo hábil
204 para esclarecimento de dúvidas com o IBGE. O Censo não apura informação relativa ao tratamento
205 de esgotos e destinação final dos resíduos sólidos. Faz abordagem do abastecimento de água, coleta
206 de esgotos e coleta de resíduos sólidos. Sobre abastecimento de água, a PNAD superestima os
207 percentuais e o Censo fez um ajuste para menos. Alexandre fez uma consideração no sentido de que
208 o Censo possivelmente não considerou boa parte dos dados do PAC. Sobre a coleta de esgotos,
209 Ernani alerta que o IBGE não separa os dados referentes à rede geral de esgoto e à rede pluvial e
210 que a justificativa do IBGE é de que o morador não sabe distinguir. O senhor Ernani apresentou os
211 dados referentes ao Censo 2010 e os comparativos referentes ao SNIS 2009. **A SNSA passará a**
212 **apresentação por email.**

213 O senhor Alexandre Godeiro deu início a sua fala, **item 7 da pauta: Discussão sobre**
214 **a aplicação de recursos do saneamento no PPA 2012-2015, buscando a efetivação das ações de**
215 **capacitação, mobilização e gestão**, recapitulando os documentos referentes ao PPA, apresentados
216 na reunião passada. Em seguida, procedeu à apresentação do **item 8: Discussão de proposta**
217 **encaminhada de capacitação do controle social para acompanhamento dos planos municipais**
218 **de saneamento básico, por meio de multiplicadores nas cinco macrorregiões do País**. Alexandre
219 iniciou a explanação desse ponto apresentando as bases legais para a participação social, que são
220 muitas e estão presentes no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), Lei de Saneamento (Lei nº
221 11.445/2007), Decreto nº 7.217/2010 e Resoluções do Conselho (ex.: Res. nº 75/2009). Após
222 apresentar a planilha de custos feita pela SNSA, em um primeiro exercício para orçar essas
223 capacitações, Alexandre fez algumas considerações para reflexão dos conselheiros sobre possíveis
224 metodologias, estratégias de comunicação, parcerias, entre outros aspectos.

225 O conselheiro Landa lembrou a todos da idéia de capacitações feitas pelos
226 Movimentos, pleiteada em tantas outras oportunidades. Há também uma preocupação de que não
227 sejam pouco divulgadas, a exemplo do que aconteceu no PLANSAB. A proposta deve garantir a
228 participação dos Movimentos Sociais e planejar bem a metodologia para não restringir a
229 participação apenas ao poder público dos estados e municípios. Colocou ainda a necessidade de se
230 discutir a possibilidade dos Movimentos Sociais acessarem recursos para realizarem capacitações
231 para seus membros, companheiros de base. Viviana explicou que para isso há a necessidade de se
232 lançar uma chamada pública, feita pela Secretaria Executiva, para que os Movimentos pudessem
233 concorrer a esses recursos.

234 Viviana entende que esta capacitação deveria ser realizada por uma instituição que
235 tenha experiência no ramo. Deu exemplo da ENAP, que está habituada a realizar capacitações, tanto
236 presenciais quanto à distância (EAD). Sugeriu que os conselheiros refletissem bastante sobre a
237 metodologia.

238 O conselheiro Fernando concorda com a fala do conselheiro Landa, sobre a
239 capacitação realizada pelos Movimentos para os próprios Movimentos Populares. Sobre a proposta
240 apresentada pela SNSA, manifesta a preocupação em encaminhá-la logo, até os dois primeiros
241 meses do ano de 2012, para evitar que ela deixe de ser executada em função do ano eleitoral nos
242 municípios. Mesmo que ela continue durante o período eleitoral é importante que comece a ser
243 implementada antes. E relembra que qualquer tipo de proposta de plano tem chegando às mãos dos
244 prefeitos e vereadores e poderão acabar aprovadas. Estão querendo aprovar planos sem
245 especificidade e legitimidade popular.

246 A conselheira Bartíria gostou da proposta apresentada, pois entende a importância de
247 a Secretaria direcionar custos. O público-alvo está adequado, entendendo que boa parte dos líderes
248 municipais ainda não se apropriou bem da lei e não está sensibilizado. Defendeu que as
249 capacitações devem atender a quem pode politicamente dar andamento ao processo. Entende
250 também que o número de 150 participantes é grande para uma oficina e sugere a divisão em 3
251 grupos de 50 pessoas em um mesmo dia, mas em salas separadas. Sobre a condução das
252 capacitações sugeriu o grupo do PLANSAB ou a equipe da SNSA, por exemplo. Importante
253 trabalhar dentro dos princípios postos em Lei e colocar diretrizes para que as pessoas entendam de
254 que forma elas podem fazer parte do processo. Sobre as passagens e diárias, Bartíria considerou o
255 número de 45 pessoas baixo, pois não acredita que os estados queiram assumir essas despesas.
256 Portanto, pensa que deve-se aumentar o percentual de passagens e, do número de participantes,
257 levantar quantos são de cada segmento e avaliar aqueles que mais precisam de passagens. Na
258 questão da organização, pensa que deve-se buscar parcerias com universidades para conteúdo, com
259 os estados para o local e produção de material, por exemplo. Sugere eleger uma comissão dentro
260 CTSA para detalhar a proposta.

261 Viviana orientou os conselheiros no sentido de que seria ideal discutir a proposta
262 com um profissional que trabalha com capacitação. Lembra, ainda, que mais importante do que
263 discutir a proposta hoje, é buscar, no Congresso, a inserção de uma emenda ao orçamento para que
264 seja possível realizar essas capacitações. O foco da reunião de hoje deve ser definir estratégias de
265 como dialogar com o Congresso, dentro do prazo para acréscimo de emendas. Se o prazo tiver
266 encerrado, a estratégia seria acionar o relator, senhor Arlindo Chinaglia. Solicitar uma reunião

267 extraordinária em caráter urgente. Ligar para articular uma reunião ainda hoje com o senhor relator.
268 Se não for possível, agendar para, no máximo, semana que vem. Bartéria concordou e reforçou a
269 importância de o CTSA eleger uma comissão para discutir também o conteúdo.

270 Viviana considera importante não capacitar apenas para o saneamento. O conselheiro
271 Landa confirma que o mesmo exercício de planejamento de capacitação foi solicitado aos outros
272 comitês.

273 A conselheira Lucia concordou com a conselheira Bartéria. E gostaria de saber o
274 número de grupos e para quantas pessoas da sociedade civil a capacitação seria feita. Se preocupa
275 em garantir que se capacite poder público e sociedade civil em igualdade, pois em alguns
276 municípios, a sociedade sabe mais sobre saneamento que o próprio poder público. E reforça de
277 deixar logo aprovada a metodologia, a fim de iniciar o processo assim que o orçamento estiver
278 garantido.

279 Viviana diz que entende ser necessário refletir melhor sobre o assunto. E reforça a
280 idéia de se fazer as capacitações por meio dos institutos federais.

281 A conselheira Julieta questionou se não seria possível ao invés de 05 seminários para
282 150 pessoas, realizar 10 seminários para 75 pessoas cada. Entende que isso favoreceria a
283 participação de um número maior de pessoas. Crê que o CTSA deve discutir melhor a metodologia,
284 em função da distância, do tema, dos palestrantes, entre outros.

285 O conselheiro Gerardi questiona aos companheiros que a reflexão sobre todo o
286 processo deve se basear na resposta sobre qual produto que o CTSA pretende ter. É necessário
287 entender como é que tem se dado o controle social dos planos. Capacitar as pessoas para
288 acompanhar e contribuir efetivamente com o plano. Definindo produto, pensar a melhor
289 metodologia.

290 O conselheiro Roberto reforça a importância de criarem uma comissão para ir ao
291 encontro do relator. Sobre a metodologia, disse acreditar que um encontro é pouco e que é
292 necessário envolver mais os estados.

293 A conselheira Solange endossou a posição do colega Gerardi. O CTSA deve definir
294 qual é o seu objetivo das capacitações. A parte técnica vai atender ao objetivo definido. A
295 metodologia deve seguir o objetivo. Afirmou que o controle social na elaboração dos planos não é
296 respeitado pelos governos.

297 A conselheira Amélia propôs os seguintes encaminhamentos: **criar a comissão para**
298 **procurar imediatamente o relator Arlindo Chinaglia e criar o GT que construirá, com o**
299 **profissional adequado, a metodologia para as capacitações.** O objetivo é capacitar para garantir
300 o controle social. Sugeriu também fazer algum encaminhamento para o PLANSAB. E um terceiro
301 encaminhamento que seria a **elaboração de um documento questionando a relação institucional**
302 **da FUNASA com esse Conselho.**

303 O conselheiro Landa **registrou a importância da Funasa a comparecer às**
304 **reuniões do Comitê** para dar conhecimento e ajudar na mobilização do Conselho das Cidades para
305 efetivar os planos municipais de saneamento básico do País. Propôs, ainda, um **encaminhamento**
306 **para uma próxima pauta.** Explica que ouviu que a SNSA tem cerca de 300 servidores, e que 180
307 estão envolvidos com o PAC. Menos de 10 servidores cuidam da capacitação e monitoramento dos
308 planos de saneamento básico. **Gostaria de discutir sobre a necessidade de ampliação dos**
309 **recursos humanos do Ministério. Bartéria vai levar discussão também para a Coordenação**
310 **Executiva do Conselho.**

311 Em seguida, Viviana procedeu à instituição da Comissão e do GT, que ficaram assim
312 definidas:

- 313 ○ Comissão que vai pleitear emenda ao orçamento:
314 Conselheiro(a)s **Amélia, Landa, Fernando e Bartéria** – falarão com a
315 SECONCID para agendar reunião com o relator do Orçamento.
- 316 ○ GT para desenvolvimento da metodologia da Capacitação (Objetivo: Controle
317 Social para Planos de Saneamento): **Solange, Julieta, Gerardi, Landa,**
318 **Matos e Fernando.**

319 A conselheira Bartéria solicitou encaminhamento de uma Resolução
320 recomendando a realização da consulta pública do Plano Nacional de Saneamento Básico –

321 **PLANSAB. No que foi atendida. Resolução Aprovada.**

322 **Resumo dos Encaminhamentos:**

- 323 **1. SNSA vai encaminhar, por e-mail, todas as apresentações aos conselheiros;**
- 324 **2. Repassar aos conselheiros a relação dos municípios atendidos pelo financiamento no**
- 325 **PAC/Saneamento do MCidades;**
- 326 **3. Criar GT que construirá, com o auxílio de um profissional, a metodologia das**
- 327 **capacitações para o controle social.**
- 328 **○ A SNSA enviará e-mail a todo(a)s conselheiro(a)s para que indiquem seus**
- 329 **representantes conforme proposto na Resolução Normativa que alterou o**
- 330 **Regimento Interno do que tange a criação dos GTs.**
- 331 **4. A Comissão criada para pleitear emenda ao orçamento, a fim de garantir as**
- 332 **capacitações mencionadas no item anterior, agendarão, com o auxílio da SECONCID,**
- 333 **um reunião extraordinária, em caráter de urgência, com o Relator da Lei de**
- 334 **Orçamento Anual, senhor Arlindo Chinaglia.**
- 335 **5. CTSA encaminhará documento formal com protesto pela ausência da Funasa no**
- 336 **Comitê Técnico de Saneamento Ambiental.**
- 337 **6. Pauta para próxima reunião: discutir a carência de recursos humanos lotados no**
- 338 **MCidades, em especial no que diz respeito ao número de servidores da SNSA**
- 339 **envolvidos no desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico.**
- 340 **7. Deliberar com o Pleno a Resolução, aprovada pelo CTSA, recomendando a realização**
- 341 **da consulta pública do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB.**
- 342

343 **Eu, Gabriella Giacomazzo, relatei esta ata, que foi conferida por Alexandre Godeiro e Viviana**

344 **Simon.**

345

346 **Brasília, 08 de dezembro de 2011.**